

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -
CTCOB
ATA 41ª REUNIÃO**

Data: 2 de fevereiro de 2006

Local: SRH/MMA- Brasília

PARTICIPANTES:

- Ministério da Integração Nacional: Daniel Vilani- (dzvilani@hotmail.com)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA – ANA: Pedro Carlos Pociotti- (pedro@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA: Cassio de Sá(cassio.sa@mma.gov.br)
- Ministério da Agricultura- MAPA: Eduardo A Cadavid- (educa@sede.embrapa.com)
- Ministério das Cidades - Norma Lúcia de Carvalho- (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia - Gualter Carvalho Mendes.
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: - Eliseu Itiro Ayabe- (eliseu@sigrh.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - MG/ES- Célia Maria Brandão Froes- (celia.froes@igam.mg.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Irrigantes- Jairo dos Santos Lousa- (jairolousa@yahoo.com.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário- Elizabeth Costa de Oliveira- (elizabetholiveira@cedae-rj.gov.br)
- Setor Pescadores e Usuarios de Água para Lazer e Turismo- Wilson de Azevedo Filho- (wil.filho@terra.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrograficas-Luiz Roberto Moretti- (lmoretti@sp.gov.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas- Francisco Carlos Castro Lahóz- (francisco@agua.org.br)

CONVIDADOS:

- Andre do Valle Abreu- andre.abreu@cverd.com.br
- Carlos A S. Teles- cteles@srh.ba.gov.br
- Carlos Eduardo M. de Proença- caproenca@seap.gov.br
- Christian André Haddad Govastki- christian.govastki@mme.gov.br
- Eduardo L. Paschoaloti- epaschoalotti@am.ripasa.com.br
- Emanuel Teixeira de Queirós- emanuel@dnpm.gov.br
- Erica Prado- erica@elabore.com.br
- João Jerônimo Monticeli- joaojeronimo@ceivap.org.br
- Margareth Bilhalva- bilhalva@petrobras.com.br
- Maria Aparecida B Pimentel Vargas- vargasma@terra.com.br/aparecida@ceivap.org.br
- Maria Zita Timbó Araújo- maria.zita@dnocs.gov.br
- Patrick Thomas- patrick@ana.gov.br
- Rodrigo Laborne Mattioli- rodrigo.mattioli@mma.gov.br
- Vera Lucia Teixeira- nossovalenossavida@yahoo.com.br
- Wilde Cardoso Gontijo Jr.- wilde@ana.gov.br

RELATORIA:

- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

No dia 2 de Fevereiro ano de dois mil e seis com início às 9:30h, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 41.ª reunião em Brasília convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho com a presença de 14 dos seus membros e 15

convidados. *Item 1- Informes e aprovação da ata da 40ª reunião da CTCOB*- Inicialmente, o Presidente da CTCOB deu as boas vindas a todos e passou a palavra para o relator da CT Sr. Ednaldo que passou aos informes sobre a aprovação do PNRH na ultima reunião plenária do CNRH, informou ainda que foi proposto pela Conselheira Ninon a inscrição dos nomes de todos os membros de CT como colaboradores do processo de construção do PNRH, perguntou se todos concordavam com a proposição, por unanimidade os membros presentes concordaram com o que foi proposto. A Sra. Maria Zita do DNOCS e Presidente do Comitê da Região Metropolitana de Fortaleza manifestou a sua disposição de participar do GT Cobrança pelo uso da água frente às especificidades regionais- GT-12, gostaria também de ser informada sobre o andamento dos trabalhos do GT. O Presidente da CT Sr. Décio disse que reconhece que praticamente todas as bacias do Estado do Ceará são Estaduais mesmo assim vê oportunidade para o trabalho do GT-12 porque o CNRH deve fixar critérios abrangentes que poderão e deverão ser ajustados pelas administrações estaduais e via com satisfação o interesse da Sra. Maria Zita em participar do referido GT. O Sr. Pedro Poccioni deu informe sobre o andamento da Cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul, rememorou que conforme deliberação nº18 do CEIVAP a cobrança foi instituída por 36 meses, tendo seu encerramento para o mês de março próximo, por isso os boletos de cobrança foram emitidos até aquele mês. Informou ainda que naquele mesmo dia iria ocorrer reunião na ANA com representantes do CEIVAP e AGEVAP para tratar do assunto, a previsão de arrecadação anual é de R\$ 10,5 milhões, brutos, inclusive R\$ 2 milhões que estão sendo depositados em juízo pela CSN. Sobre o GT-12 que está sob a responsabilidade e coordenação da ANA informou o Sr. Pedro que reconhece que o GT ainda não decolou, mas afirmou que a sua dinamização irá agora ocorrer, propôs que as reuniões do GT viessem a ocorrer separadamente da CTCOB. Foi proposto pela Sra. Maria Zita que a primeira reunião ocorresse no Ceará, aproveitando a oportunidade o Sr. Pedro Poccioni explicou que o GT tem abrangência nacional, mas que em principio achava a sugestão boa. A Sra. Margareth Bilhalva / Petrobrás apresentou-se a todos e comunicou que pretende participar das reuniões da CT bem como do GT-12, entende que a participação no GT permitirá a ela discutir os problemas hoje existentes entre a Petrobrás e a COGERH no Ceará. O presidente da CT Sr. Décio deu as boas vindas à Sra. Margareth e explicou que o funcionamento das Câmaras Técnicas do CNRH e dos Grupos de Trabalho, solicitou ao Sr. Pedro Poccioni que levasse ao Sr. Viana coordenador do GT-12 uma solicitação para que a primeira reunião do GT se efetivasse ainda no mês de fevereiro, recomendou ainda a todos aqueles que quisessem participar do Grupo que se dirigissem diretamente ao coordenador o Sr. Francisco Viana na ANA. Ainda como informe a Sra. Maria Aparecida Vargas Secretária Executiva do CEIVAP que no dia 25/01/06 a AGEVAP havia conseguido assinar todos os contratos de repasse referentes à aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança, aproveitou para apresentar o Sr. João Jerônimo Monticeli diretor da AGEVAP. O Sr. Gualter aproveitou a oportunidade para solicitar aos representantes do CEIVAP que preparassem uma apresentação na CTCOB, sobre a aplicação dos recursos arrecadados e as implicações com as novas hidrelétricas previstas para serem instaladas na bacia. O Sr. Patrick após cumprimentar a todos, passou aos informes sobre a situação da cobrança no PCJ. Comunicou que durante o mês de dezembro de 2005 foi feita a regularização de usos na bacia, na qual os usuários puderam alterar os valores de usos e após foram recalculados os valores a serem cobrados. São 100 usuários com previsão de arrecadação de R\$10,8 milhões em 2006, como o primeiro vencimento ocorreu no final do mês de janeiro já foi possível calcular uma adimplência de 97%. O Sr. Gualter solicitou ao Sr. Patrick informações sobre a cobrança nas PCHs na bacia e se já houve a manifestação necessária da ANEEL. Foi respondido que não está ocorrendo o pagamento por parte da PCHs e que continuam aguardado parecer específico por parte da ANEEL. A Sra. Aparecida Vargas deu a posição sobre o assunto no CEIVAP, disse que na bacia as PCHs estão sendo cobradas, algumas pagam outras só em juízo, informou que em reunião na ANA com procuradores foi informada que o parecer conclusivo a respeito que deveria vir da AGU não existe, pediu ajuda da CTCOB para, através de moção do CNRH, solicitar a agilidade por parte do Executivo no solução do impasse, complementou dizendo que felizmente, no PCJ as PCHs estão resguardadas. O Sr. Gualter prevê problemas futuros com contestações jurídicas, visto que as PCHs tem isenção da compensação financeira que recai sobre as demais hidrelétricas. O Sr. Décio ponderou que tanto a ANEEL quanto a ANA já se manifestaram a respeito, por isso o pronunciamento da AGU é que vai de fato dirimir a duvida. Disse que não vê necessidade do CNRH manifestar-se novamente, lembrou que os prazos estão extinguindo-se e aconselhou aos membros do CEIVAP presentes, que comunicassem o fato na sua próxima plenária. A Sra. Aparecida Vargas demonstrou estar ciente dos prazos e calendários a respeito, informou que o assunto será objeto de discussão na próxima plenária dia 16/02. Quanto à questão das PCHs, entende que há sim responsabilidade do CNRH sobre a questão principalmente devido ao seu peso político perante a AGU e ainda pelo fato que o assunto diz respeito a todos os comitês. O presidente da CTCOB

recomendou a elaboração da moção e lembrou que como a ANEEL e ANA não se manifestaram em plenária do CNRH, os comitês deveriam fazê-lo para maior celeridade do processo. Sobre o PNRH o Presidente da CTCOB comentou que o mesmo diz o que deve ser feito mas não menciona quanto custará a sua implementação. Como os recursos da cobrança devem ser utilizados, espera que a CT possa contribuir para ajudar alavancar o processo. Percebeu avanços nos documentos disponibilizados, espera o detalhamento das ações e os futuros rebatimentos no PPA, elogiou o Plano de Recursos Hídricos da Bahia por terem sido proativos estabelecendo metas financeiras pragmáticas e realistas. Finalizou dizendo que também cabe a CTCOB ajudar na busca de alternativas que permitam que o PNRH saia do papel. O Sr. Carlos Teles informou que a partir de janeiro de 2006, como no Ceará, estão sendo cobrados dos usuários uma tarifa pelos serviços de operação e manutenção dos serviços nos barramentos do estado da Bahia. Encerrados os informes foi aprovada a ata da 40ª reunião sem nenhum tipo de emenda. Por solicitação dos membros do CEIVAP presentes devido à reunião a ser realizada na ANA na parte da tarde, foi aprovada a alteração da pauta, dando continuidade com o *item 3 da pauta- Análise da deliberação CEIVAP nº 52/2005* - Inicialmente o Sr. Patrick foi convidado a apresentar a nota técnica da ANA a respeito, foi dito pelo técnico que a nota técnica ainda está sendo preparada, não possuía naquela oportunidade nem mesmo uma minuta que pudesse auxiliar o processo de encaminhamento da CTCOB, mesmos assim iria fazer uma apresentação (anexo 1) que seria útil para o entendimento da matéria. Sua apresentação pautou basicamente o seguinte:- A questão pagamento pelo uso da água da bacia do Rio Paraíba do Sul decorrente da transposição para a bacia do rio Guandu no Estado do Rio de Janeiro está referendada pela Lei 4247 de 16/12/03/RJ.- Posteriormente o Comitê do Rio Guandu mediante a resolução nº 5 de 15/12/04, regulamentou critérios e definições para captação de 45m3/seg por parte da CEDAE.- Havia estimativa de arrecadação de R\$44 milhões em 2004, sendo que 90% deveriam ser pagos pela CEDAE, em 2005 a previsão era de R\$22 milhões.- A arrecadação efetiva efetuada pela SERLA em 2005 foi de R\$526.000,00, uma adimplência de 2,4%.- A CEDAE é o principal usuário, está inadimplente por não concordar com a Lei 4247 e por não ter disponibilidade recursos para fazê-lo por não poder repassar para os seus custos estas despesas.- Todo o sistema da transposição foi explicado com gráficos e fluxogramas, há uma elevatória que deriva 160m3/seg, 2/3 da vazão disponível.- O rio Guandu antes da transposição possuía uma vazão de 10m3/seg, hoje sua vazão chega a 130m3 a 300m3, sendo 90% decorrente das águas do Rio Paraíba do Sul.- Na Lei 4247 no seu artigo 11 fica estabelecido que 15% do que for arrecadado na bacia seja aplicado na bacia do Rio Paraíba do Sul.- A deliberação CEIVAP nº 52 em questão, de forma coerente mantém valores e forma para o pagamento dos recursos hídricos derivados para a bacia do Rio Guandu, a mesma deliberação cria uma comissão especial para dirimir para tratar a questão.- Mencionou que o usuário outorgado para a transposição é a Ligth conforme decreto de 28/05/96. Ao final o Sr. Patrick se comprometeu em trazer na próxima reunião da CTCOB a nota técnica definitiva para subsidiar o processo de deliberação do CNRH. Complementando a Secretária Executiva do CEIVAP, a Sr. Maria Aparecida Vargas informou sobre a criação de uma comissão especial para tratar o tema composta pelo CEIVAP, Comitê Guandu, ANA, AGEVAP e a SERLA/RJ, rememorou que a Lei 4247/RJ que define a Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos no Estado, define que 15% do valor arrecadado na Bacia do Rio Guandu deverá ser aplicado na bacia do Rio Paraíba do Sul, mas que isto não constitui definição de pagamento, este sim será definido pelo CEIVAP. Diante desta conjuntura, mesmo sabendo da existência de uma ADIN sobre o assunto, o CEIVAP preferiu momentaneamente propor valores condizentes com os sugeridos na Lei 4247/RJ. Defendeu ser importante a aceitação do CEIVAP para a proposta do Comitê Guandu, entende ser importante e fundamental acordos entre entes de uma mesma Bacia, afirmou existirem dificuldade legais para se cobrar de usuários em uma bacia Estadual, portanto o mais racional foi participar do acordo proposto envolvendo a SERLA, o Comitê Guandu e o próprio CEIVAP. Concluiu dizendo que o processo de negociação da transposição é delicado e diferente, pediu o apoio da CTCOB para o encaminhamento positivo da matéria. O Sr. João Jerônimo da AGEVAP manifestou-se dizendo que também vê como fundamental a aprovação pela CTCOB e posteriormente do CNRH aprovando uma resolução como parte de uma estratégia que venha a facilitar o processo de negociação com a CEDAE. Informou que a CEDAE é totalmente adimplente como usuária em outras partes da Bacia, mas no que diz respeito aos valores previstos decorrentes da transposição a Companhia afirma que não pode pagá-los porque legalmente não pode repassá-los para os consumidores finais, mas se o CNRH aprovar a proposta de resolução, esta decisão ajudará de fato o processo de negociação, concluiu dizendo que a cobrança é um processo político e exaustivo. O Presidente da CTCOB informou a todos que a CT só recebeu os documentos mencionados no dia 17/01 e que na proposta de resolução sugerida, é feita menção à nota técnica da ANA conforme inciso VI do Art. 4º da Lei 9984. Entende o Sr. Décio Michelis Junior que o foco técnico da matéria é na CTCOB, mas as

171 questões jurídicas deverão ser tratadas e discutidas na CTIL. Entende ser importante o parecer técnico que
172 de fato ainda não existia, o seu conhecimento antecipado é fundamental. A Sra. Aparecida Vargas do
173 CEIVAP defendeu o regime de urgência na CTCOB devido a importância do tema e afirmou ter
174 encaminhado o pleito em dezembro de 2005. O Sr. Décio reforçou que a CTCOB vai basear sua análise
175 no parecer técnico da ANA por outro lado disse que nada impede que o CEIVAP, devido a urgência
176 declarada, encaminhe a matéria à plenária do CNRH em regime de urgência, no que a Sra. Maria
177 Aparecida reforçou a importância do parecer tanto da CTCOB quanto da CTIL sobre o assunto garantindo
178 assim o cumprimento dos trâmites que “nós participantes da implementação do sistema de gestão de
179 recursos hídricos defendemos”. O Sr. Patrick argumentou sobre as dificuldades para elaborar em tempo a
180 nota técnica, mas prometeu encaminhá-la em tempo para a próxima reunião da CT, explicou ainda que
181 naquela oportunidade procurou dar a todos, informações básicas sobre a transposição para facilitar aos
182 membros da CTCOB uma melhor análise do problema. Prometeu o envio da nota técnica até o dia 2/3/06
183 data anterior à convocação para a próxima reunião da CT prevista para o dia 23/03. O Sr. Wilde também
184 da ANA complementou o que foi dito explicando que a nota técnica conterá não só aspectos técnicos,
185 mas também posições para as questões jurídicas. O Sr. Francisco Lahós perguntou aos representantes do
186 CEIVAP se a comissão criada a 6 meses, para gerir a assunto transposição, tinha um plano um plano “b”
187 caso o a proposta de resolução não seja encaminhada com a urgência e agilidade sugerida. Em resposta a
188 Sra. Aparecida não vê esta questão como um problema, mas sim como um ritual, uma obrigatoriedade
189 legal. Complementou dizendo que o problema poderá acontecer se o CNRH não aprovar de fato a
190 resolução que propõe metodologia e critérios de cobrança para os recursos hídricos transpostos da bacia
191 do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu uma vez que o CEIVAP possui prazos para definir a cobrança
192 pela transposição e que o não cumprimento desses prazos poderia acarretar motivo para pedido de
193 paralização da cobrança na bacia do Rio Paraíba do Sul. O Sr. Jairo Lousa disse que é na CTCOB onde
194 reverberam-se as questões da Cobrança, de tudo que tinha ouvido, percebia que tudo estava evoluindo e
195 cada vez mais ficava mais claro para ele que o papel do comitê era o de um negociador político. Por
196 outro lado complementou que o não pagamento por parte da CEDAE pode abrir uma lacuna e
197 jurisprudência para todas as outras companhias de saneamento e isso não é bom para o um sistema que
198 está caminhando para a realidade vivida pelos comitês. A Sra. Elizabeth representando a CEDAE e
199 demais companhias de abastecimento de água e esgotamento sanitário, inicialmente pediu desculpas pelas
200 faltas em reuniões anteriores. Sobre a CEDAE informou que a sua companhia está se conscientizando
201 sobre a importância e necessidade do equacionamento do problema Guandu, a consciência para o
202 pagamento já existe, mas a CEDAE não dispõe de recursos financeiros suficientes para esta finalidade.
203 Informou que na última reunião do Conselho de Administração da CEDAE a Sra. Leila, secretária
204 executiva do Comitê Guandu fez exposição e proposta razoável, que poderá vir a ser cumprida, desde que
205 o comitê aprove, ao final, recomendou tranquilidade. A Sra. Aparecida Vargas disse que no momento a
206 SERLA não pode fazer o repasse dos recursos ao CEIVAP ou AGEVAP, é recomendável a elaboração de
207 um plano de aplicação negociado com a SERLA. A aprovação pelo CNRH vai permitir a garantia
208 necessária à formulação do respectivo plano de aplicação e a resolução, a ser aprovada, dará condição de
209 repasse dos recursos ao CEIVAP. Informou também que a CEDAE no que diz respeito aos pagamentos
210 pelo uso dos recursos hídricos no Paraíba do Sul está totalmente adimplente diferentemente do que
211 está ocorrendo pelo uso das águas do Rio Guandu. O Sr. Carlos Teles indagou sobre a correlação
212 transposições CEIVAP e PCJ, principalmente pelo fato que o pagamento deve ser efetuado pelo usuário
213 outorgado o que não é o caso no rio Paraíba do Sul. Foi dito pelo Sr. Patrick e confirmado pelo Sr.
214 Francisco Lahós que no caso das captações no PCJ, que houve um acordo em termos de aplicação da Lei
215 estadual em função das origens dos recursos hídricos utilizados; hoje a cobrança refere-se a parcela de
216 águas federais que estão sendo transportadas ou derivadas das bacias. *Item 6- Cronograma anual*
217 *CTCOB-* O Sr. Décio explicou como foi construído o cronograma proposto em termos do calendário das
218 reuniões para 2006, disse que em princípio forma programados dois dias de reuniões a cada 45 dias.
219 Explicou ainda que nada impede que a CT venha reunir-se em apenas um dia em função da sua pauta e
220 que a cada três reuniões, uma poderá ocorrer fora de Brasília, como sugestão recomendou reuniões em
221 regiões onde a CTCOB ainda não havia se apresentado no caso, Amazônia e Atlântico Nordeste
222 Ocidental. Antecipando-se ainda na parte da manhã o Sr. Pedro Poccioni justificou sua ausência na parte
223 da tarde da reunião e referindo-se aos itens 7 e 4 da pauta comentou:- Sobre o item 7 Disse que os
224 relatórios solicitados à ANA através do ofício CNRH nº6/2006, foram enviados em 27/01/06 e está
225 pronto para discutir sobre o assunto na próxima reunião e aberto para receber sugestões.- Sobre o item 4
226 Proposta de resolução, pediu vistas e mais tempo para analisar a matéria juntamente com os procuradores
227 da ANA, para assim poder colaborar. Após intervalo para almoço a reunião iniciou-se às 14:00h com o

Item 2 da pauta- Apresentação Lei 12183/SP- O Sr. Moretti fez apresentação anexa explicando que a sua presença à reunião foi decorrente de convite da CTCOB ao Conselheiro Rui Brasil. Os tópicos básicos abordados foram: Breve histórico, objetivos, uso dos recursos financeiros obtidos, usuários sujeitos à cobrança, fixação de valores, o fundo FEHIDRO, critérios gerais para a cobrança, bases de cálculo para a cobrança, sanções e disposições transitórias. Destacou que a previsão de início da cobrança no estado deverá acontecer no segundo semestre, com uma série de condicionamentos como os orçamentários, e ainda que os valores estabelecidos para o PCJ não serão alterados e rebatidos para os usuários dos tributários estaduais. No âmbito do Comitê PCJ, deverá ter nova deliberação para ser proposta para o Conselho Estadual. Iniciando os debates o Sr Décio ponderou sobre os rebatimentos e compatibilizações que deverão haver na cobrança PCJ após promulgação da nova Lei, como nos aspectos usos insignificantes, isenção do setor agrícola. Disse ainda que deve haver equilíbrio entre o social, o ambiental e o econômico e após, limites para a cobrança devem ser estabelecidos. Lembrou que na Lei paulista, estes limites foram estabelecidos e isto é bom afirmou o Presidente da CT. Lembrou que um dos objetivos da cobrança é o de estimular o uso racional da água, e se isto vier a ocorrer, não haveria motivos para perpetuar a cobrança, o que não ocorre atualmente, porque questões de Estado estão sendo previstas para serem solucionadas com recursos da Cobrança. O Sr. Moretti concordou como que foi dito e acrescentou o setor produtivo precisa de fato saber os limites da cobrança, mas acredita na negociação e entendimentos que podem minimizar problemas decorrentes. Indagado pelo relator sobre a possibilidade do recuo do FEHIDRO após institucionalização da cobrança, o Sr. Moretti disse que por questões políticas é praticamente impossível que isto ocorra. O Sr. Jairo Lousa perguntou sobre a previsão de valores a serem arrecadados no PCJ. Foi dito que há uma previsão de arrecadação de R\$20 milhões em três anos agora com a adesão dos rios estaduais esta previsão chega a um total de R\$50 milhões o que corresponde a cerca de 10% do passivo ambiental da bacia. Concordam, tanto o Sr. Moretti quanto o Sr. Lahós que os recursos da cobrança não irão resolver o passivo existente. Continuou o Sr. Jairo dizendo que é de opinião que na medida que a cobrança inicia, o Estado recua, a cobrança pode estar acomodando o setor público, e assim ele continua perdendo o entusiasmo pelo instrumento. Concluiu ponderando que tem dúvida se a implementação da cobrança vai de fato ajudar a atingir os seus objetivos ou vai se tornar apenas uma pequena fonte arrecadadora que poderá até causar o recuo do Estado. Discordando do Sr. Jairo, o Sr. Carlos Teles disse que a cobrança é o mais eficaz dos instrumentos por induzir a racionalização do uso da água inclusive para a agricultura irrigada onde os desperdícios são maiores. O Sr. Jairo passou ainda o seu entendimento sobre a implementação da cobrança que deve ser um desejo da bacia, dos usuários desta bacia, mas não concorda com a extrapolção da cobrança para todo o País. O Sr. Moretti também entende que a decisão deve ser descentralizada, a decisão deve ser tomada pelos usuários da bacia. O Sr. Lahós complementou dizendo que a criticidade da bacia é também fator fundamental à implementação da cobrança como ocorre no PCJ, onde a cobrança pelo uso dos recursos hídricos veio ao encontro do que os usuários também pretendiam como forma de assegurar o uso da água em quantidade e qualidade. O Sr. Décio lembrou sobre o projeto de Lei de Saneamento, que no seu entendimento era mais um filtro para saber quem deveria receber recursos a fundo perdido. Disse ainda que a sociedade perdeu a oportunidade para melhorá-lo quando da sua discussão, mesmo que a Lei seja promulgada, ela não vai ajudar a cobrança por não definir a origem dos recursos. Como proposta de encaminhamento foi sugerido pelo Sr. Décio a criação de um grupo de trabalho específico para acompanhar a implementação da cobrança no PCJ, o GT seria criado nos próximos seis meses a um ano e passaria a ser o canal de diálogo permanente entre a CTCOB e o Comitê, não tendo nenhum caráter de fiscalização. O Sr. Moretti respondeu que está de acordo com a sugestão, mas pediu um tempo para a consolidação do processo. Por oportuno o Sr. Carlos Teles noticiou o acordo de cooperação técnica firmado entre a SRH/Bahia e o Consorcio PCJ, no momento em fase de integração e articulação. *Item 4- Analise de proposta de resolução que regulamenta o parágrafo 4º do Art. 2º da Lei 9984.* Foi feito pelo relator da CTCOB uma retomada do assunto, disse o Sr. Ednaldo que as discussões sobre a matéria iniciadas no primeiro semestre de 2005 foi decorrente de pedido de vistas ocorrido em plenária do CNRH na qual redundou de um substitutivo de proposta de resolução elaborado pela Sra. Anna Flavia da ANA, após, outros substitutivos foram elaborados respectivamente pela conselheira Patrícia e pelo próprio presidente da CTCOB. O Sr. Décio em seguida elaborou um novo substitutivo que é a fusão de todas as propostas anteriores. O Sr. Décio iniciou a discussão propondo a todos o entendimento sobre o ente comitê de bacia para melhor entender a atual proposta de resolução. Enfatizou que os comitês não são executivos, eles são parte de um sistema, para o comitê de uma determinada bacia ter acesso aos recursos comuns disponíveis como aqueles decorrentes do pagamento pelo setor elétrico, ele deveria mostrar e provar o que está sendo feito na bacia relacionado à implementação da gestão de recursos hídricos. Concluiu dizendo que este

aspecto é fundamental, é a espinha dorsal, no conteúdo do substitutivo da proposta de resolução. Recomendou que as emendas ao substitutivo fossem feitas em formulário próprio, como o adotado pelo CNRH quando das discussões do PNRH. Como houve uma solicitação por parte do representante da ANA para que fosse feito o aprofundamento das discussões na próxima reunião da CT, o Presidente da Câmara solicitou que todas as emendas no formulário próprio fossem encaminhadas até o dia 2/03/06 data final para a convocação da próxima reunião a ser realizada nos dias 14 e 15 de março. *Item 5- Reunião do GT 12- Cobrança pelo uso da água frente às especificidades regionais-* O Presidente da CT iniciou a discussão do tema comentado o que foi dito anteriormente : O GT ainda não foi ativado, há disposição inclusive por parte da Sra. Maria Zita do DNOCS de coordena-lo. Relatou que fez contato sobre o tema com o Secretário João Bosco e este se prontificou em ajudar prometendo articulação com o Presidente da ANA, instituição hoje responsável por esta coordenação na pessoa do Superintendente Francisco Lopes Viana. Finalizou dizendo que está de acordo com a proposta feita pelo representante da ANA, Sr. Pedro Pocciotti no sentido que ainda no mês de fevereiro o GT faria de fato sua primeira reunião do GT, independentemente de reunião da CTCOB. *Item 7 11ª do GTAAC* – Após solicitação do Presidente da CT o relator comentou o que havia ocorrido após última reunião do GT e as providências tomadas para obtenção das informações gerenciais relacionadas à aplicação dos recursos da Cobrança por parte do CNRH através do GTAAC. Foi enviado à ANA o ofício 006/06/CNRH/MMA, cuja resposta havia sido disponibilizada à relatoria naquele dia, portanto os membros da CTCOB presentes desconheciam. Como o representante da ANA não estava presente para a sua apresentação, ficou decidido que as discussões sobre as informações encaminhadas ocorreriam na próxima reunião da CT. O Sr. Décio aproveitou a oportunidade para lembrar dos diversos produtos do GTAAC, reunidos no relatório 9 do grupo, em especial comentou sobre o Manual para Articulação com Parlamentares, que foi levado ao Secretário Executivo do MMA, enfatizou a perda de oportunidades para junto com parlamentares tentar minimizar os impactos do contingenciamento que continuam, evidenciando a oportunidade das moções elaboradas pela CTCOB e aprovadas pelo CNRH relacionadas ao tema. *Item 8- Assuntos gerais e encerramento-* O representante da SRH o Sr. Cassio informou que foram encaminhados à SOF pelo Grupo Interministerial o problemas decorrentes do Contingenciamento sobre os recursos oriundos do setor elétrico, (0,75%), prometeu que na próxima reunião da CTCOB o coordenador do GT estará presente para relatar todo o desenvolvimento do trabalho do grupo. Foi encerrada a reunião às 17: 10h, o presidente da CTCOB agradeceu a presença de todos, lembrando que a próxima reunião será nos dias 14 e 15 de março.

Ata aprovada na 42ª reunião da CTCOB, dia 15/03/ 2006.

Décio Michellis Júnior
Presidente da CTCOB

Ednaldo Mesquita Carvalho
Relator da CTCOB